

## **HISTÓRIA DA REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO\***

**Marysia Malheiros Fiuza**

Professora da Escola de Biblioteconomia da UFMG

Ao receber o convite amável para falar, nesta solenidade, fiquei ao mesmo tempo honrada e preocupada. Honrada por ter sido escolhida e preocupada com a decisão: sobre o que deveria falar, na Faculdade de Direito, em comemoração à Semana do Livro.

Por fim, como sou professora do setor de Catalogação, Classificação e Indexação, disciplinas cuja atividade principal é a análise de assunto dos documentos, resolvi analisar a questão: Semana do Livro, e por extensão, da Revista, e Faculdade de Direito sugeriram-me o cabeçalho: Revista da Faculdade de Direito.

É essa a razão pela qual me propuz examinar a coleção da Revista desta Faculdade e extrair dados que me pareceram interessantes para comentar nesta eventualidade.

A importância da criação de uma revista em uma Faculdade pode ser considerada sob diversos aspectos: a revista é um órgão de divulgação do pensamento dos professores e alunos; é um elemento de contato entre as instituições de ensino congêneres; é uma coletânea de ensinamentos e inspiração para os membros da classe profissional; é um instrumento didático, auxiliar importante dos métodos de ensino; é o registro da história da faculdade, suas lutas, sucessos e dificuldades, ao mesmo tempo que espelha o desenvolvimento histórico da sociedade onde se insere.

A Revista da Faculdade de Direito vem, desde a sua criação, cumprindo essas finalidades, com a intensidade e a dedicação que sempre caracterizam esta Faculdade.

---

\* Palavras proferidas na oportunidade da abertura da Semana do Livro, na Biblioteca da Faculdade de Direito da UFMG.

Ao folhearmos seus volumes, deparamo-nos com nomes ilustres da vida política, social e universitária de Minas Gerais e do Brasil, professores e alunos da Casa de Afonso Pena e que enriqueceram as páginas da Revista com seu pensamento lúcido e fecundo.

A seção Memória Histórica e, posteriormente a Crônica Universitária são elementos inestimáveis para o estudo da história da Faculdade de Direito. O número especial de outubro-58/março-59 apresenta o panorama da vida da Faculdade até aquela data. O Prof. Alberto Deodato encerra sua apresentação com os dizeres: "Que cada um de nós guarde, na sua estante, esta Revista como o seu volume mais precioso".

Encontramos, desde os primeiros números, registros de permuta com as Revistas das Faculdades de Direito de São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, cumprindo assim seu papel de agente de ligação do pensamento jurídico nacional.

Sua posição como instrumento didático comprova-se pelo registro constante dos Estatutos da Escola, onde se lê: "O ensino é ministrado: a) pelas lições dos lentes; b) pela revista periodicamente editada; c) pela biblioteca franqueada aos alunos; d) por meio de conferências."

Desde o primeiro número, distinguiu-se no papel de órgão de expressão da classe jurídica ao publicar o "Esboço do Código de Processo Criminal para o Estado de Minas Gerais" de autoria de Levindo Lopes e a "Legislação das Minas" de Bernardino de Lima. E vemos que esta tradição continua ao nos depararmos no número 18, de 1977, com a publicação da famosa "Carta do Caraça", documento final do I Seminário de Ensino do Direito Econômico.

A Revista foi criada, em 1894, com o nome de Revista da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da Capital do Estado de Minas Gerais. Foi criada, em obediência ao Regulamento das Instituições de Ensino Jurídico e por força de um decreto que, segundo Mário Casassanta, refletia o furor legislativo do Governo Provisório e não somente obrigava que as Escolas mantidas ou subvencionadas pelo Governo Federal tivessem uma revista, mas estipulava número de páginas, periodicidade, número de integrantes da Comissão de Redação (que eram obrigados a aceitar o cargo!) e ainda que a revista deveria publicar um sumário das decisões da Congregação e que os alunos pagariam a metade do preço da assinatura, porém cada aluno não poderia tomar mais de uma assinatura.

Afonso Pena, que reunia na época as funções de Presidente do Estado e Diretor da Faculdade, fez a Apresentação da Revista, em artigo datado de 21 de junho de 1894. E, citando novamente Mário Casassanta: "apraz-nos

imaginá-lo, ainda como presidente, em Palácio, por uma fria manhã de Junho, a traçar, em letra bem legível, com vagar e com esmero, as palavras iniciais da REVISTA.

Desse Editorial de Afonso Pena, transcrevemos:

“Encetando a publicação de sua Revista, vem a Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais da Capital do Estado de Minas Gerais contribuir com seu modesto auxílio para o estudo do direito, pedra angular sobre que repousam as sociedades humanas. Na forma dos Estatutos da Faculdade, a Revista conterà artigos sobre quaisquer assuntos científicos e literários, especialmente sobre matérias que constituem os cursos da Faculdade. As publicações de decisões e arestos dos tribunais, dos pareceres e alegações dos jurisperitos, dissertações dos professores e outros trabalhos de crítica científica foram, em todos os tempos, fonte fecunda de luz para solução de questões jurídicas. Para satisfazer necessidade científica tão elevada, é hoje geral a criação de revistas jurídicas em todas as academias de direito, quer sejam oficiais, quer devidas à iniciativa particular”.

A primeira comissão de redação foi integrada por três elementos (e não cinco como prescrevia o decreto, talvez porque esses três valessem por mais de cinco): João Pinheiro, Sabino Barroso e Augusto de Lima. Este último foi o verdadeiramente responsável pela direção da Revista e para mais dedicar-se a ela, desligou-se da comissão científica da Faculdade, da qual era membro.

As diversas comissões de redação que se seguiram foram compostas de nomes representativos da ciência jurídica brasileira dos quais poderemos citar na primeira fase: Camilo Brito, Virgílio Melo Franco, Mendes Pimentel, Francisco Brant, Estêvão Pinto e, na segunda fase, a partir de 1949, Alberto Deodato, Mário Casassanta, Orlando Carvalho, Gerson Boson, Amílcar de Castro e seu atual diretor Washington Albino.

O primeiro número da Revista foi impresso em Ouro Preto, na Imprensa Oficial, porém, o segundo foi encomendado à Tipografia Leusinger, no Rio de Janeiro. Os volumes de 1896 e 97 foram impressos na Tipografia do Fórum, em Ouro Preto, e o de 1898 na Tipografia do mesmo nome, porém já em Belo Horizonte. Posteriormente, o trabalho gráfico da Revista foi realizado na Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais. A Imprensa Universitária da UFMG é a atual responsável pela sua impressão.

O Prof. Mário Casassanta chama a atenção para os emblemas que aparecem na capa e na folha de rosto dos dois primeiros números: no primeiro, a simbolização da justiça por meio de “um livro aberto que um cutelo corta, verticalmente, e que uma balança cruza. O que é curioso, porém, é que

no texto se lê nitidamente a palavra LOIS, indicativo da cópia francesa”. No segundo, aparece a figura da justiça, simboliza pela deusa Temis, com suas insígnias e armas (balança, cutelo e livro) porém, diz ele, “a vantagem da substituição residiu, especialmente, na falta da inscrição, porque conquanto devessem ambos ter procedência francesa, o segundo, pelo menos não trouxe aquele LOIS dos nossos pecados”.

Movida pela curiosidade, resolvi observar os outros números e notei que até 1906, apareceram diversas figuras da justiça, porém sempre de olhos bem abertos. Em 1907, ela aparece de olhos vendados... Talvez os senhores juristas tenham uma explicação para o fato...

No número comemorativo do 85º aniversário da Faculdade, o Prof. Messias Donato diz, na Apresentação: “a Revista muda de capa e volta às origens, passando a retratar visão magnífica da velha Ouro Preto, através da criação imortal de Yara Tupynambá”.

São estas as minhas impressões da Revista da Faculdade de Direito, que até o ano passado contou com a direção do saudoso e inesquecível mestre Amílcar de Castro, auxiliado pelo dinamismo e entusiasmo do Prof. Arthur Diniz e agora continua sob a segura liderança do Prof. Washington Albino.

Faço votos para que ela siga seu caminho, guiada pela luz de seu passado ilustre e proveitoso, refletindo a vida jurídica e universitária de Minas Gerais e, dizendo como Carlos Drummond de Andrade: “O tempo é minha matéria, o tempo presente, os homens presentes, a vida presente”.